



**ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL ADOTADA NA FORMAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DE ILHÉUS, ITABUNA E VITÓRIA DA
CONQUISTA COM BASE NOS INDICADORES DO PAR**

Marizéte Silva Souza¹
Siomara Castro Nery²

INTRODUÇÃO

Para que ocorra a construção de saberes significativos no processo de ensino-aprendizagem, é necessário que as ações aconteçam de maneira integrada, articulando o humano ao contexto em que se dão as suas vivências. Assim, seja no setor público ou privado, na zona urbana ou no campo, é imprescindível que o sujeito-aluno e o sujeito-professor estejam envolvidos no contexto da escola em que estão inseridos, pois para entender as práticas do ensinar e do aprender, e a partir delas interferir socialmente, é preciso a observação do todo em que se inserem os elementos que participam dessa atividade (BRASIL, 2006/1998; BAHIA, 2005).

A formação do professor passou a ser palco de importantes discussões a partir do final da década 1970 e início dos anos 1980 quando o Brasil vivia o clima da reformulação dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas. Essa formação passou, assim, do treinamento do técnico em educação -- década de 1970-- à formação do educador -- década de 1980 -- para desembocar na formação do professor-pesquisador -- década de 1990, (PEREIRA, 2000). Esse contínuo de concepções para a formação do professor se reflete no modo como o trabalho docente se realiza na escola.

No que diz respeito à educação do campo, é importante considerar que “até a década de 1990 do século XX, de acordo com a legislação brasileira vigente naquele momento, [o trabalho docente] ainda não incluía os saberes e identidades dos camponeses” (SANTOS &

1 Doutoranda no curso de Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Assunción. Mestre em Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. Atua como professora substituta na área de ensino de Língua Estrangeira na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Endereço eletrônico: marizete08@gmail.com

2 Doutoranda no curso de Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Assunción. Atualmente é Professora Auxiliar de Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz. Endereço eletrônico: castronerysiomara@gmail.com



SOUZA, 2016, p.212). Ainda segundo as referidas autoras, um tratamento mais específico passou a ser desenvolvido a partir de 2002, com a Resolução n.º 1 do CNE/CEB. Ao longo dos anos, no entanto, o PRONERA tem sido o programa que contempla a formação inicial e continuada dos professores, ao passo que as especificidades da educação do campo passaram a ser atendidas para a formação dos programas pedagógicos e para a formação dos docentes.

Na esteira das ações que têm como meta a melhoria da qualidade da educação no país, o PAR – Plano de Ações Articuladas – lançado em 2007, abre frente no sentido de estabelecer linhas de colaboração entre municípios e Estados que possam contemplar as necessidades locais dentro de um leque global de possibilidades. Nesse contexto, fica estabelecida uma inter-relação entre as instâncias administrativas da educação de modo, fixadas as metas, cada secretaria local busque seus parceiros para mudar os índices da educação em cada localidade.

Inserida nesse contexto, a presente reflexão toma como ponto de partida a pesquisa realizada por pesquisadores da UESC e da UESB e tem como foco a análise das políticas públicas educacionais empregadas em três municípios da Bahia. Em assim sendo, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma análise inicial da política educacional adotada pelos formadores em educação do campo nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista com base nos indicadores do PAR, na perspectiva de perceber quais resultados estão sendo efetivamente obtidos com a implantação das políticas assumidas por cada um dos entes em questão quanto à formação dos profissionais que atuam no campo.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nesse estudo é quantitativa com análise qualitativa, dando ênfase à realidade dos profissionais que atuam no campo (SAMPIERI, 2012), tendo como ponto de partida não somente a análise de documentos bem como estudo bibliográfico referentes ao tema. A coleta de dados para a pesquisa ocorreu em fases que envolveram: aplicação de questionário, entrevista, observação com notas de campo realizadas junto aos membros das equipes responsáveis pela formação dos profissionais que atuam na educação do campo nos três municípios em foco nesta pesquisa, começando por Ilhéus, seguindo-se a Itabuna e, finalmente, Vitória da Conquista -- segundo a proposta



do projeto gerador.

Em seguida, os dados passam por análise com base nos indicadores do PAR a fim de que se torne possível construir uma síntese da política educacional de formação dos profissionais que atuam no campo nos municípios supracitados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo da pesquisa já é possível perceber através das entrevistas dos coordenadores de educação do campo entrevistados que a política adotada nos municípios baianos de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista para a formação de professores que atuam no campo não atende às especificidades de seu público. Dito de outra forma, pode-se afirmar que inexistente um plano de ação formativa que atenda mais eficazmente as demandas da educação do campo, de acordo com as diretrizes do PAR, em andamento nesses municípios mencionados no estudo.

No caso do município de Ilhéus, não há registros específicos para a formação dos profissionais que atuam nas escolas do campo. Já em Itabuna, a nova política educacional fracionou o atendimento das escolas do campo entre coordenadores pedagógicos que desenvolvem uma linha de trabalho independente e baseada numa formação recebida até 2012. Desde esta data, não houve curso, encontro ou momentos de formação para coordenadores, supervisores ou professores que assumem as escolas do campo, de acordo com os dados obtidos por meio de entrevistas.

Em Vitória da Conquista, por sua vez, apesar de as escolas do assentamento parecem ter um tratamento diferenciado, não existe um acompanhamento da secretaria de educação enquanto instituição para esse seguimento, nem mesmo existe uma proposta para adequar as atividades às necessidades do campo.

Assim, as metas a serem atingidas a partir das ações previstas no PAR, para essa realidade em análise, ainda a serem perseguidas pelos educadores e pela comunidade local, a qual precisa ser informada e informar-se sobre as realidades da educação em seus municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Conhecer os métodos de ensino aos quais o professor é submetido em sua formação torna-se importante na medida em que esclarece de quais recursos, provavelmente, ele lançará mão para fazer a abordagem do conteúdo a ser ensinado nas escolas e tomará as decisões inerentes à sua prática.

Nesse sentido, o papel do professor de qualquer área do conhecimento está além de transmitir saberes específicos, mas relaciona-se com o entendimento de seu lugar na reelaboração e difusão do conhecimento produzido pela humanidade. Mergulhada nessa atmosfera, a formação de profissionais que atuam no campo requer ainda uma mudança drástica no que diz respeito a uma oferta de formação adequada às demandas da escola rural, sendo esta, inclusive, uma “condição fundamental” para a montagem de um plano ou projeto específico para a educação e os educadores do campo (ANTUNES-ROCHA, 2010).

Importante salientar também que a mudança é o fruto de um processo de reflexão sobre as próprias práticas e pode acontecer a partir de uma tomada de consciência sobre as práticas do sujeito em determinado contexto, no caso a escola. Então, se algo pode ser mudado, o professor é o principal agente dessa mudança, isto porque a exigência de constante aperfeiçoamento decorre da ação reflexiva de um sujeito comprometido profissionalmente (FREIRE, 1979).

Além disso, que sejam assumidas medidas que levem em consideração imperativo de que a educação mudou e que o público ao qual a formação se destina também requer mais atenção e atendimento às suas demandas específicas. Contextos referentes à educação urbana ou do campo, formação de jovens ou de adultos, ambiente tecnológico ou formação tradicional precisam ser considerados para que mais adequadamente a escola cumpra seu papel de atender a todos e não somente à lógica de geração de mão-de-obra para o mercado de trabalho (SAVIANI, 2007). A adoção de programas do governo federal ou estadual pelas secretarias regionais sem que haja uma remodelagem na formação com vistas a atender os contextos locais impede a promoção dos profissionais que atuam no campo, e, conseqüentemente, da comunidade por eles servida.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação de professores. Políticas públicas.

REFERÊNCIAS



ANTUNES-ROCHA Maria Isabel, **Desafios e perspectivas na formação de educadores:** reflexões a partir do curso de Licenciatura em educação do campo desenvolvido na FAE/UFMG. In: Soares, Leôncio (org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 309-406, 2010.

BAHIA, Secretaria da Educação. **Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio:** Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias/Secretaria da Educação – Salvador, 2005.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio:** linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006. ENEM/MEC.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio:** linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PEREIRA, J. E. D. **Formação de Professores:** pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández & LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed., São Paulo: MacGraw-Hill, 2012.

SANTOS, Arlete R. dos. & SOUZA, Maria Antônia de. Formação docente e educação do campo. **Cadernos de pesquisa:** Pensamento Educacional. Curitiba, número especial, p.209-238, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p.1231-1255, out.2007.